

DORA KRAMER

O Parlamento na prateleira

Foram necessários um ano, cinco meses e uma derrota atípica para o governo chegar à conclusão de que não dispõe de maioria no Senado.

As dificuldades anteriores, o ambiente conflagrado, os espetáculos diários – e com elenco cada vez maior – de oposicionismo explícito na tribuna em transmissão direta pela TV Senado, a atuação risível de seus líderes e o desempenho arduo de seus aliados não tinham sido suficientes para ativar a perspicácia palaciana.

Isso para não falar na pura e simples aritmética das urnas, traduzida no tamanho das bancadas partidárias, e na impossibilidade óbvia de alguém sustentar maioria na unidade do PMDB – quase uma contradição em termos.

Quando uma situação sem nuance se apresentou – a derrota por diferença de 13 votos, num colegiado de 81 –, deu-se então, de público, a constatação acaciana. E, com ela, propostas de correção de rumos.

A mais falada das soluções para consertar as relações do Planalto com o Senado é semelhante à situação que a gerou no tocante à ausência de matiz.

É de uma falta de sutileza ímpar.

Consiste na cooptação de senadores de partidos de oposição para legendas aliadas.

Exatamente, a senhora e o senhor ouviram bem: trata-se de aliciar – com o devido anúncio prévio – senadores partidos afora, realojando-os em partidos supostamente mais confiáveis, de forma a que, na composição global do Senado, o governo passe a exibir uma contabilidade permanente de mais de 40 votos.

Ou seja, é a formação de maioria parlamentar sob a ótica do dono de armazém: faltou mercadoria na prateleira, basta fazer a encomenda ao fornecedor, negociar preço e prazo para a recomposição completa do estoque.

O governo considera que há desequilíbrio, que as eleições não proporcionaram uma conformação conveniente ao Senado e, assim, nada mais natural que se utilizem instrumentos de poder para alterar o equilíbrio de forças, moldando-o à imagem e semelhança das necessidades palacianas.

Se o PDT, por exemplo, tem cinco senadores e todos eles votam com a orientação partidária, hoje desfavorável ao governo, subornem-se – realmente não há outro termo – senadores a fim de corrigir essa distorção. Pode parecer exagero, mas na visão do governo trata-se disso mesmo, de uma deformação, um defeito do Senado passível de alteração por ação externa do Poder Executivo.

O fato de que a composição das bancadas parlamentares representa a vontade do eleitor e que esta merece respeito nem passa pelas mentes transtornadas dos que acham que toda relação política é uma operação mercantil e que todo adversário é necessariamente vil por não estar ao lado do “bem”.

Senão vejamos a argumentação segundo a qual a medida provisória foi derrotada porque o Senado “é uma Casa ainda muito conservadora”, difundida nas análises governistas sobre a derrota.

Por “conservadorismo” aí, entenda-se mesmo o quê? Que o salário de R\$ 260 é “progressista”, que a Câmara dos Deputados é vanguardista ou que José Sarney, a Igreja Universal e o PP de Paulo Maluf – para citar apenas alguns dos aliados do Planalto – estão prestes a liderar a revolução?

Nenhuma das alternativas. O termo “conservador” aí é utilizado como estigma, para tentar criar dois campos, o da “direita” malfazeja e o da “esquerda” benfeitora.

O problema é que o conteúdo não confere com a forma, as maldades e as bondades andam de sinais trocados e a idéia de cooptar para governar não poderia ser mais conservadora no sentido pejorativo da palavra.

Francamente, não é possível que não haja jeito se não mais decente, pelo menos mais criativo, de um governo se relacionar com o Senado da República num padrão centímetros acima do rés-do-chão.

GOVERNO
FALA EM
COOPTAÇÃO
PARA
FORMAR
MAIORIA
NO SENADO